

## Itinerários das escolas italianas em terras brasileiras: uma história contada pelos materiais didáticos (1875 – 1945)

### Resumo

O presente texto objetiva discutir a história das escolas étnicas subsidiadas pelo Governo Italiano, especialmente com materiais didáticos e situadas no Brasil, entre o final do século XIX e meados do XX. Mapeando quais foram os materiais enviados, como foram produzidos e distribuídos, busca-se compreender a dimensão da produção, circulação e preservação de tais materiais no contexto brasileiro. Observa-se, ainda, que muitas dessas escolas italianas tiveram duração efêmera e que a preservação dos materiais, dispersos em diferentes espaços, foi possível pelos acervos pessoais. As contribuições teóricas da História Cultural subsidiam a análise documental de manuais didáticos, fotografias, relatórios de cônsules e agentes consulares, memórias autobiográficas e outros. Conclui-se que a circulação dos materiais didáticos enviados pelo Governo Italiano marcou e foi mais frequente nos ambientes escolares urbanos. Percebe-se que houve diferenciação entre os livros didáticos enviados – seja na quantidade ou no conteúdo, decorrente das políticas externas empreendidas pela Itália. Além da preservação (por muitas famílias) da leitura dos livros anteriormente utilizados, em italiano, mesmo que os filhos já frequentassem a escola pública ou confessional, com ensino em português.

**Terciane Angela Luchese**  
Universidade de Caxias do Sul  
taluches@ucs.br

**Palavras-chave:** Materiais didáticos; Escolas étnicas; Imigração italiana; História da Educação.

*As coisas têm peso, massa, volume, tamanho, tempo, forma,  
cor, posição, textura, duração, densidade, cheiro, valor,  
consistência, profundidade, contorno,  
temperatura, função, aparência,  
preço, destino, idade, sentido.  
As coisas não têm paz.  
(Arnaldo Antunes, 2002)*

## Considerações iniciais

A constituição de acervos de livros e materiais didáticos e as pesquisas decorrentes – de “coisas” como refere Antunes (2002) que representam evidências históricas materiais no tempo, precisa considerar dimensões que envolvem os processos de produção, distribuição/circulação, consumo e preservação. Entre o guardado e o descartado, o lembrado e o esquecido, os livros didáticos italianos que compõem o acervo não podem ser deixados “em paz”. Investigar a cultura material das escolas étnicas italianas que existiram no Brasil por décadas, na passagem do século XIX para o XX, é significativo para entendermos a pluralidade de processos educativos vividos no país.

Desse modo, o presente texto é resultado parcial da pesquisa “História das Escolas Étnico-Comunitárias Italianas no Brasil (1875 – 1945) que conta com apoio financeiro do CNPq e tem como objetivo investigar as escolas étnico-comunitárias italianas existentes no Brasil, buscando compreender as iniciativas de escolarização, as culturas escolares e a dinâmica escolar vivenciada pelos imigrantes e seus descendentes, nos diferentes contextos espaciais, em dimensão comparativa. Como recorte para esse texto, discute-se o acervo de materiais didáticos (especialmente livros) recebidos pelas escolas subsidiadas pelo Governo Italiano e situadas no Brasil, entre o final do século XIX e primeiras décadas do XX. Mapeando quais foram os materiais enviados, como foram produzidos e distribuídos, busca-se compreender a dimensão da produção, circulação, consumo e preservação de tais materiais no contexto brasileiro. Observa-se, ainda, que muitas dessas escolas italianas tiveram duração efêmera e que a preservação dos materiais, dispersos em diferentes espaços, foi possível por que famílias se afeiçoaram a alguns desses manuais didáticos, por exemplo, cuidando-os como relíquias, patrimônios

da memória e lembranças da pátria. A despeito das políticas de nacionalização varguista, muitos dos materiais foram guardados por décadas por famílias e associações de mútuo socorro. As contribuições teóricas da História Cultural subsidiam a análise documental de manuais didáticos, fotografias, relatórios de cônsules e agentes consulares, memórias autobiográficas e outros.

Para sistematizar a análise, o texto foi dividido em três partes: inicialmente trata-se do contexto da imigração italiana e dos processos de escolarização no âmbito brasileiro, para em seguida tratar da produção e circulação dos livros e alguns outros materiais didáticos produzidos e enviados pelo Governo Italiano para finalizar, concluindo, sobre as possibilidades de consumo e preservação de tais materiais.

### Contexto da imigração italiana e processos de escolarização

A imigração italiana, conforme diversos estudos<sup>1</sup>, deu-se em decorrência dos processos de transformação capitalista que ocorriam na península itálica e também no Brasil. E, nesse cenário de colonização de áreas devolutas de terras ou substituindo a mão-de-obra escrava ou mesmo assumindo atividades urbanas, esses imigrantes se defrontaram com a precariedade do sistema público escolar brasileiro. Poucos anos após seu estabelecimento no Brasil, diversas foram as iniciativas desses imigrantes na organização de escolas étnico-comunitárias, mesmo que a maioria tenha sido efêmera<sup>2</sup>. Desde o final do século XIX, em relatórios consulares, encontram-se registros que retratam a situação das colônias, dos imigrantes e descendentes, mencionando a falta de escolas e a necessidade do governo italiano intervir, passando a apoiar a educação, enviando livros e material escolar. Certamente transparece a perspectiva de manutenção dos laços culturais com a Pátria-mãe, a Itália, através do ensino escolar.

---

<sup>1</sup> Azevedo (1975), Adami (1971), Caprara e Luchese (2005), Luchese (2009), Costa (1992), De Boni (1985, 1987), Franzina (2006), Lorenzoni (1975) e Manfrói (1975) são relevantes.

<sup>2</sup> Sobre as iniciativas escolares entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, por exemplo, veja-se Luchese (2007), Ribeiro (1990) e Giron (1998).

Como apontam estudos anteriores de Luchese (2007) sobre o Rio Grande do Sul, de Mimesse (2010) e Corrêa (2000) sobre São Paulo, de Maschio (2012) sobre o Paraná, de Gomes (2009) sobre Minas Gerais e de Pagani (2012) sobre o Rio de Janeiro, os imigrantes italianos e seus descendentes, em diferentes contextos e condições de ocupação, buscaram e valorizaram a escolarização.

Diferente do que consta em várias bibliografias, percebe-se que os imigrantes italianos não eram todos analfabetos, mas que os níveis de alfabetismo variavam em conformidade com a região de proveniência. Para exemplificar, consultando o primeiro recenseamento realizado nas Colônias Conde d'Eu e Dona Isabel, no Rio Grande do Sul, no ano de 1883, percebe-se que especialmente homens, declararam em sua grande maioria serem alfabetizados, perfazendo uma média de 74% dos homens adultos. Giron (1998, p. 90), informa, a partir do Levantamento dos Mapas Estatísticos da Colônia Caxias que "63% dos imigrantes de sexo masculino sabiam ler, enquanto apenas 37% das mulheres eram alfabetizadas."

Dentre as escolas frequentadas por imigrantes italianos e descendentes, destaco as escolas étnico-comunitárias, as públicas e as confessionais. As escolas étnico-comunitárias podem ser diferenciadas. As escolas étnicas mantidas pelas Associações de Socorro Mútuo, de modo geral estabelecidas nas áreas urbanas, estavam mais vinculadas ao Governo Italiano, através dos cônsules. Foram escolas que chegaram a receber professores enviados da Itália e tinham currículo diversificado e material didático próprio, recebido do consulado. Aquelas escolas que surgiram nas áreas rurais foram sustentadas exclusivamente pelos próprios pais e comunidade que criava essas "aulas" onde o professor era pago para que ministrasse os conhecimentos básicos na leitura, escrita e cálculos, e na maioria das situações, também o catecismo. O professor era escolhido dentre os integrantes da própria comunidade. Conforme o imigrante Júlio Lorenzoni (1975, p. 126), que foi professor em escola étnica e se estabeleceu em Dona Isabel:

A absoluta falta de escolas do Governo Brasileiro obrigava o colono a escolher as pessoas mais aptas para ensinar a ler, escrever e fazer contas àquela mocidade toda, sob pena de criarem-se na maior ignorância, verdadeiramente analfabetos. Precisavam então conformar-se com o

melhor que houvesse, pois não eram professores formados os que iam lecionar, mas sim os que, na Itália, tivessem recebido uma razoável instrução e que, mediante módica retribuição, se sujeitassem a desempenhar a árdua tarefa de mestre, o que procuravam fazer da melhor maneira.

Essas iniciativas foram muito comuns no interior das colônias. Diversos foram os casos em que as famílias de imigrantes uniram-se para empreenderem em mutirão a construção da escola, geralmente uma pequena casa de madeira rústica, apesar de, nos primeiros tempos estas aulas terem funcionado na própria casa do professor ou na casa das crianças. Já nas primeiras décadas do século XX estas aulas foram desaparecendo pela dificuldade dos pais manterem o investimento (em especial pelo elevado número de filhos), pelo crescimento de ofertas de escolas de outras modalidades ou pela própria desistência do professor mediante parcas remunerações (o que por vezes era feito em espécie – feijão, trigo, milho...).

A dificuldade para organizar o ensino primário nas colônias e, posteriormente, nos já municípios, manteve-se por muitos anos. A distância da zona rural e a falta de meios de transporte isolavam algumas comunidades que, organizando-se por conta própria, já no final do século XIX, começaram a solicitar professor pago pelo governo.

A partir de meados de 1890 houve grande crescimento nas iniciativas de entrada e instalação de congregações religiosas em diversos estados. No caso do Rio Grande do Sul, especialmente nas regiões em que se estabeleceram imigrantes italianos, foram inúmeras as congregações que investiram na construção de seminários, noviciados, juvenatos e escolas. As escolas confessionais mantidas por Congregações diversas, promoveram e disseminaram o ensino e a religião católica. Constituíram escolas importantes, de boa qualidade, com currículos diversificados, atendendo principalmente os filhos das famílias mais abastadas.

E, as escolas públicas mantidas e disseminadas pelos governos municipais e estaduais. Uma política de expansão da escola pública que no Rio Grande do Sul teve repercussão foi a subvenção – ou seja, o pagamento de um valor aos professores para que ensinassem em português. Entre as décadas de 1910 e 1940, houve um processo

crescente para a implementação de escolas isoladas públicas, com investimentos em escolas municipais e ampliação das subvenções. As étnico-comunitárias foram diminuindo progressivamente no período e os colégios confessionais expandiram-se. A partir dos anos de 1920, especialmente, a organização e implementação de escolas municipais foi crescente. Autoridades públicas passaram a preocupar-se com a formação e aperfeiçoamento docente, a regulamentação das inspeções, os currículos, os espaços e tempos escolares. Portanto, a Igreja, juntamente com o Estado, assumiram a liderança em se tratando da expansão da escolarização entre imigrantes italianos e descendentes.

Entretanto, mesmo com o progressivo fechamento das escolas étnicas italianas, mesmo em períodos de forte nacionalismo, caso do período varguista, entre os anos 1938 – 1945, não deixou de existir, como veremos adiante, a circulação de material escolar, especialmente livros, enviados pelo Governo Italiano.

### As políticas italianas para as escolas no exterior e a produção dos livros e materiais didáticos

No final do século XIX, é possível encontrar indícios de distribuição e circulação de manuais didáticos italianos entre imigrantes e descendentes. Esses livros são considerados como operações de produção, circulação e consumo de sentidos que enlaçam os artefatos, como lembra Meneses (1998), produzindo sentidos e significações. Suas presenças não podem ser ignoradas quando se trata de pensar historicamente a educação no Brasil.

Na história da educação, os materiais escolares são vestígios e registros das finalidades culturais da escola e, assim considero, com maior ênfase, os livros que compõem o acervo que estou construindo. Como escreveu Escolano

[...] los textos, el mobiliario, los espacios y todos los elementos que componen el utillaje escolar hablan también de nuestros modos de pensar y de sentir, de los sistema de valores que informaron la educación, de la intrahistoria de la escuela y de las relaciones de ésta con la sociedad de cada época (ESCOLANO, 1990, p. 07).

Compreender as políticas governamentais italianas voltadas para a dotação de materiais específicos para as escolas ‘italianas’ no exterior, os investimentos na produção de livros e materiais didáticos, bem como a estrutura de distribuição torna-se relevante para a compreensão e análise do acervo.

Floriani (1974) informa que a primeira legislação italiana que se refere às escolas no exterior é de 1862, do Ministro das Relações Exteriores, Durando, que autorizava a criação de um colégio italiano em Alexandria, no Egito. No ano seguinte, ocorreu a expansão para Tunísia e Constantinopla. Os Irmãos das Escolas Cristãs (salesianos) passaram a contar com subsídio governamental desde que ensinassem em italiano. Assim, progressivamente, as escolas italianas se expandem por territórios da África, Oriente Médio, em alguns países europeus e americanos. Cabe lembrar que a Itália passava por processo de unificação, de certo modo concluído em 1870.

No contexto de organização da Itália recém unificada, o Ministério da Instrução Pública cedeu a competência administrativa das escolas italianas no exterior ao Ministro das Relações Exteriores em 1870. O Ministério das Relações Exteriores, a partir da atividade consular, assumiu a instrução nas escolas italianas mantidas fora do Reino. O intuito estava na difusão da língua e da cultura italiana e isso ocorria por meio de três formas principais, conforme Floriani (1974):

Com subsídios fixos ou extraordinários para as iniciativas particulares.

Escolas criadas e mantidas pelo próprio governo com diversas naturezas e graus.

Subsidiando institutos não italianos, mas que ensinassem a língua italiana. (FLORIANI, 1974, p. 08).

Nos anos 1870, conforme Chiosso (2013), havia grande diversidade de livros voltados às primeiras classes elementares, no entanto, questionava-se a qualidade dos mesmos. Anton Giulio Barrili, encarregado pelo Ministério da Instrução italiano, lamentava: “bem como temos problemas com o analfabetismo, o temos com a impressão de livros”. Predominava o uso de livros de leitura com poucas páginas compiladas por professores e inspetores escolares com características tipográficas sóbrias e vendidos por

baixos valores, conforme analisa Chiosso (2013, p. 84). Para os poucos alunos que chegavam ao 4º e 5º ano, os livros eram mais frequentes e correspondiam à diversas disciplinas.

No caso dos livros enviados para as escolas italianas no exterior, pelas referências obtidas, foram quantitativamente reduzidos e eram livros simples de poucas páginas, sem maiores investimentos na editoração e impressão. Utilizavam papel jornal e as ilustrações eram pouquíssimas. Restringiam-se ao processo de alfabetização.

Aos oito de dezembro de 1889, pelo Decreto Real n. 6566, o então Primeiro Ministro e também Ministro das Relações Exteriores, Francesco Crispi, aprovou o ordenamento sobre as Régias Escolas Italianas (comuns no entorno do Mediterrâneo) e escolas italianas no exterior. Nesse ordenamento estabelecia que a gestão direta e imediata das instituições era encargo do Estado Italiano, afirmava a laicidade do ensino, o subsídio de escolas elementares mantidas por associações e particulares, bem como previa a possibilidade de abertura de escolas subsidiadas de ensino secundário. Se o orçamento para subsidiar o ano letivo de 1882 fora de 200.000 liras, o valor para 1889/1890 foi de 1.033.710 liras (cf. Medici, 2009). Havia a perspectiva de regular e estabelecer o programa de ensino, os livros textos que seriam utilizados e a realização de inspeções de verificação do funcionamento de tais escolas.

No período de 1887 até 1891, reformas implementadas pelo ministro interino Francisco Crispi e seu chefe de gabinete, Albergo Pisani Dossi, modernizaram a política diplomática da Itália e promoveram ações de aproximação com os emigrados. Pela lei 5866 de 30 de dezembro de 1888, passa-se a prever que a Itália não podia perder de vista os emigrados, mas acompanhá-los na ‘nova Pátria’, tutelando-os. Importante situar também a criação da associação Dante Alighieri<sup>3</sup> por Giacomo Venezian, em 1889, naquela onda de modernização crispiana. A Dante seria “utilizada largamente pelo governo italiano na difusão da língua, da cultura e da “italianidade” no mundo todo.” (CERVO, 1992, p. 03). Ganha impulso, nesse período, a criação de escolas italianas no exterior, muitas recebendo subsídios para o seu funcionamento. Cervo afirma que Crispi:

---

<sup>3</sup> Ver Salvetti (1995).



Estimulou o sentimento da italianidade, favorecendo a criação de escolas, hospitais, jornais, associações beneficentes. Os censos indicavam a existência, em 1889, de 352 associações italianas no exterior, três hospitais (Londres, Buenos Aires e Lima) e inúmeros outros em projeto. Crispi cogitou em regulamentar as escolas e separou-as em duas categorias: escolas do governo e escolas subsidiadas. Contavam-se, em 1890, 92 do primeiro tipo, com 12.109 alunos, e 35 do segundo. Em 1900, cerca de duzentos jornais italianos eram publicados no exterior (CERVO, 1992, p. 12).

A política externa italiana oscilou e a grande massa de emigrados, espalhada por diferentes países no mundo, defrontou-se com práticas diferenciadas para a promoção e a manutenção dos laços de italianidade, para a difusão da língua italiana, que tantos emigrantes desconheciam, já que faziam uso de dialetos regionais, como indicam Frosi e Mioranza (1983) e Frosi, Faggion e Dal Corno (2010). A própria condução da política externa italiana variou ao longo das últimas décadas do século XIX e primeiras do XX.

Um dos grandes entraves para a efetivação dos ideais daqueles que defendiam uma política externa italiana de grande potência foram de ordem econômica. Houve tentativas para a manutenção do subsídio escolar. No entanto, a permanência em anos subsequentes não foi possível. O debate sobre os investimentos maiores ou menores do governo italiano para com as escolas no exterior foi tenso e intenso. Argumentos diversos a favor de investimentos nas escolas italianas no exterior ou sua total suspensão, já que um sistema nacional de ensino ainda não era realidade e o analfabetismo era problema a ser enfrentado internamente, marcaram a política externa por décadas.

Na Itália, a partir de 1880, passaram a ser organizadas diversas conferências pedagógicas pelo Ministério da Instrução. Conforme Chiosso (2013), o livro de leitura foi valorizado por todos os programas escolares para a escola elementar, entre os anos de 1860 a 1923. Pela circular 688, de 12/11/1882, o livro de leitura deveria conter noções de higiene, ciências naturais, história e geografia, intercalados com pequenas histórias, poesias e contos moralizantes. Eles seriam a expressão do culto da 'boa língua'. (CHIOSSO, 2013). Essas características também são identificadas nos poucos exemplares encontrados, dentre aqueles enviados para as escolas italianas no Brasil.

Em 1910, aos 18 de dezembro, foi aprovada a lei nº 867, que pode ser considerada uma normativa completa e orgânica para as escolas italianas do exterior (cf. Floriani, 1974). Mas foi com o advento fascista, que foram promovidas transformações legais. Pelo Decreto Régio n. 933, de dezenove de abril de 1923, firmado por Mussolini (na época também ministro interino das Relações Exteriores) suprimiu o Conselho Central das Escolas no Exterior (criado pela Lei TITTONI de 1910). Estabeleceu que os professores das escolas italianas no exterior deveriam pronunciar solene voto profissional no qual prometiam educar seus alunos para amarem a Pátria e terem maior devoção ao Rei e às suas instituições. Portanto, prometiam propagandear a italianidade, promovendo, no seio das colônias, o ideal de que constituíam um único *fascio* que buscava a prosperidade econômica italiana e seu maior prestígio no mundo. (Medici, 2009, p.09). No caso dos professores, a situação de adesão ao regime fascista seria intensificada em fins de 1932, quando se tornou obrigatória a adesão ao Partido Nacional Fascista. Pretelli (2009) afirma que o professor foi entendido como um pioneiro, um soldado, um combatente e um missionário que, nas colônias italianas (o autor dá ênfase à Tunísia, Malta e Egito) difundiria a língua de Dante e a italianidade.

Em legislação datada de 1924 foram estabelecidos os novos programas e fixadas as diretrizes para as escolas italianas no exterior. Por meio da difusão da língua e da cultura italiana, do sentimento nacional, nas mais diversas colônias dispersas pelo mundo, das *'grandes realizações'* fascistas, acreditava-se que haveria a possibilidade de estreitar as relações, as influências e desse modo, também os ganhos para a Pátria-Mãe Itália com os *'italianos do exterior'*<sup>4i</sup> e os países receptores.

No período fascista, os livros produzidos e enviados para as escolas no exterior ganharam forte investimento, na medida em que passaram a ser produzidos em grande quantidade, com títulos diversificados e para diferentes níveis de ensino. Livros de leitura, silabários, livros de aritmética, história, geografia, ciências naturais, para desenho e diversos outros temas ganham espaço. A qualidade da impressão, o uso de papel de

---

<sup>4</sup> A nomenclatura emigrantes foi substituída por *'italianos no exterior'*, que passou a ser utilizada pelos órgãos diplomáticos referindo-se a todos os emigrados e descendentes.

qualidade, impressos coloridos, figuras e uma concepção pedagógica moderna, constituem os diversos livros que passam a ser distribuídos pelas agências consulares – para as escolas e famílias italianas no exterior. Com forte cunho nacionalista e propagando os ideais fascistas, foram livros difundidos com o ideal de manter os laços com a Pátria, agora idealizada e constantemente relacionada com o grande império romano. Ilustro a análise com as capas de alguns dos exemplares que constituem o acervo:

**FIGURA 1 – Capas livros distribuídos entre os anos 1920 – 1945**



Fonte: acervo da autora.

Os manuais didáticos como portadores de um conjunto de ideias que se pretendia difundir com relação ao Fascismo, ao Duce e podem ser pensados como iniciativas que buscavam inculcar valores, códigos de conduta que se consideravam ideais para o movimento fascista. Como constatou Galfré (2005, p. 27) “[...] é propósito do governo – conforme o comunicado oficial – dar ao livro não apenas as vestes, mas também a alma fascista.”<sup>5</sup>

<sup>5</sup> “È propósito del governo – si precisava nel comunicato ufficiale – dare al libro non solo la veste ma anche l’anima fascista.” (GALFRÉ, 2005, p. 27).

Papel de qualidade superior, cores e ilustrações com maior frequência, um projeto gráfico arrojado para a época e investimentos elevados são marcas possíveis de serem visualizadas nos livros<sup>6</sup>.

Outro fato a ser considerado é a reorganização do Ministério das Relações Exteriores (Decreto Régio n. 628, de 28/04/1927) que abolia a Comissão Geral de Emigração e instituiu a Direção Geral dos Italianos no Exterior. No interior dessa Direção, foi criado o Escritório de Propaganda para o Exterior. Outra iniciativa fascista para os ‘italianos no exterior’ foi a criação de um Comitê Interministerial para a expansão da cultura italiana nos países receptores. Ainda, em doze de dezembro de 1929, pelo Decreto n. 18, foi instituída a Direção Geral dos Italianos no Exterior e Escolas, cuja administração ficou aos cuidados de Piero Parini que também era secretário geral dos *Fasci* italianos no exterior. Salvetti (2009) destaca que a principal ação fascista com relação às escolas italianas subsidiadas foi o envio de novos livros de texto permeados com a ideologia fascista.

O fascismo desde os primeiros anos buscou nas associações, jornais e escolas mantidas por italianos ou descendentes, no exterior, apoio, meio de difusão e conquista de adeptos. Como lembra Bertonha, “[...] o governo fascista iniciou a conquista do sistema escolar italiano no exterior já em 1923/1924, quando várias leis centralizaram as escolas e acentuaram seu papel de educar italianamente os jovens italianos do exterior.” (BERTONHA, 2001, p. 48-49). A escola enquanto espaço de difusão da ‘italianidade’ desde muitos anos era pensada. Cônsules, agentes diplomáticos e mesmo algumas leis italianas (como as promulgadas no governo Crispi, 1889), como foi visto, buscaram aproximar e apoiar financeiramente (especialmente com o envio de livros didáticos) os emigrados e seus filhos com a Itália, desde o final do século XIX.

Entretanto, é perceptível uma profunda mudança na política externa italiana com o advento do fascismo. Investiu-se na expansão da rede consular e marcou-se presença mais ativa na tutela dos imigrantes. Além disso, buscaram garantir a

---

<sup>6</sup> Para a produção de livros didáticos para escolas na Itália, nesse período, consulte-se Ascenzi e Sani (2005).

fascitização por meio do incentivo da institucionalização dos *fasci all'estero*<sup>7</sup>, dos *Dopolavoro*<sup>8</sup>, bem como a promoção de grandes manifestações com desfiles, saudações, entoação de cantos de guerra como a *Giovinezza*, bailes, jogos de futebol, inauguração de monumentos e todo um conjunto de rituais fascistas celebrados em diferentes espaços de socialização. Porém, é preciso situar que “[...] apenas uma pequena minoria de emigrantes foi convertida em militantes dos *fasci all'estero* e que desses, a maioria era constituída de membros da burguesia e das classes médias italianas locais.” (BERTONHA, 2001, p. 43). Conforme pesquisa de Bertonha (2001), em 1934, as cidades gaúchas que tinham a organização de *fasci all'estero* eram sete: Uruguaiana, Pelotas, Rio Grande. Porto Alegre, Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias. No que tange às escolas pretendia-se “educar italiana e fascisticamente as crianças italianas nascidas no exterior” (BERTONHA, 2001, p. 49).

## O consumo e a preservação dos livros italianos no Brasil: algumas considerações finais

O acervo que está sendo construído, entre livros digitalizados por pertencerem a espaços diversificados de bibliotecas ou a famílias que os guardam como lembranças, aos livros que compõem o acervo físico, a análise de cada um deles em sua materialidade e em outros aspectos, pode fomentar as pesquisas acerca da temática.

Os livros produzidos durante o período fascista, por exemplo, apresentam, diferindo apenas na complexidade explicativa, os discursos sobre símbolos, representações e ideias que se pretendia inculcar. Permeando imagens e textos, eles apresentam forte cunho político-ideológico. Portanto, se desejava instituir uma identificação entre o ser italiano e a simbologia fascista, realçando as concepções sobre o que estava autorizado a caracterizar o povo italiano. Poutignat e Streif-Fenart, nesse

---

<sup>7</sup> *Fasci all'estero* – grupos que lideravam a organização da propaganda e difusão da ideologia fascista nas comunidades italianas do exterior, tentando cooptá-las. Desenvolviavam também atividades assistenciais, culturais, cerimônias de defesa da italianidade e do fascismo.

<sup>8</sup> *Dopolavoro all'estero* eram associações voltadas aos operários que no exterior converteram-se em “meio muito eficaz de aproximar, via recreação, esporte e cultura, os italianos do exterior ao fascismo.” (BERTONHA, 2001, p. 46).

sentido, afirmam que nas teorias da etnicidade, a tônica está mais no caráter relacional do que no essencial das identidades étnicas, isto é, “o Nós constrói-se em oposição ao Eles”. As diferenças entre os grupos étnicos são centrais, compreendendo que “a etnicidade não se manifesta nas condições de isolamento, é ao contrário, a intensificação das interações características do mundo moderno e do universo urbano que torna salientes as identidades étnicas” (1998, p. 123). Importa considerar o étnico como um processo e não como um dado resolvido no nascimento. Como algo em permanente construção nas práticas sociais, num processo de relação. A nomenclatura tem um papel central neste sentido. Portanto, nominar-se “italiano” para o regime fascista, era estar identificado com os símbolos, ideais e práticas difundidas e pregadas pelo regime. Mesmo e, especialmente, para os ‘italianos do exterior’.

Estou entendendo os livros como portadores de discursos, na acepção foucaultiana. Os discursos enunciados nos livros dão conta, com certa constância, da produção de verdades, de regimes de verdade (FOUCAULT, 1979). Regimes estes produzidos pela lógica fascista. Instituir processos identitários que permitissem aos ‘italianos no exterior’ uma identificação direta com a Itália como Pátria e a relação direta desta com o regime fascista. Ser italiano significava ser o herdeiro do grande Império Romano e o responsável por sua reconstrução, agora sob liderança do Duce.

Apesar da pesquisa ainda não ter avançado para analisar o consumo, localizei no relatório de 1939, produzido pelo encarregado dos serviços de nacionalização, o uso dos livros de leitura que compõem o acervo em escola étnica italiana em Caxias do Sul. Apesar do relatório apontar que entre os imigrantes italianos a nacionalização estava acontecendo, diferentemente do que entre os alemães, denunciava que:

O consulado italiano mantinha cinco aulas nesta capital e três no interior do Estado – Caxias, Pelotas e Santa Maria, em cada uma das quais, a pedido do consulado, colocara o Estado uma professora pública. Constantes eram as queixas dessas professoras com referência à obra de catequese política que lá se procedia. Entretanto, desaparelhado como se encontrava o Estado, éramos obrigados a cruzar os braços e a assistir impassíveis a absorção da nossa meninada, pelos exotismos ideológicos lá predicados. (RELATÓRIO, 1939).

No relatório se reconhece, portanto, que mesmo que as escolas étnicas fossem em número reduzido ao final dos anos de 1930, as que existiam eram espaços propagadores dos ideais fascistas. Após os decretos 7212, de 8 de abril e 7247, de 23 de abril de 1938, tornou-se obrigatório o registro de todos os estabelecimentos particulares de ensino e a proibição de usarem mais de uma hora de atividade escolar no estudo e uso da língua estrangeira. Conforme o relator, as medidas foram amplamente anunciadas na imprensa e que o prazo máximo estabelecido para o registro fora 23 de maio de 1938. Após os estabelecimentos serem fechados. No entanto, o consulado italiano não acatara a normatização, acreditando que se aplicava somente às escolas alemãs. Como o não cumprimento dos decretos, aos 24 de maio de 1938 os estabelecimentos escolares italianos foram visitados pelo relator, que segundo expõe no documento, defrontou-se com situação muito mais séria do que imaginava:

Em presença do Sr. Berlingieri, diretor didático das escolas italianas, foime dado o verificar quão grave era a situação. Todo o corpo de professores era formado por elementos oriundos da península, noventa por cento dos quais se não expressavam em português. Ambiente puramente italiano, vendo-se pelas paredes, em profusão retratos d Sr. Mussolini, de S. S. M.M. os Reis da Itália, dísticos da propaganda fascista, gravados em gesso e bronze, frases do Duce, por forma alguma aplicáveis a atividade pedagógica, com os seus incitamentos bélicos, e até, atentatórias da soberania nacional, como um grande letreiro, onde em tipos garrafais se afirma que Mussolini, sempre e em qualquer lugar era assistido pela razão. (RELATÓRIO, 1939).

Na continuidade do relatório, não escapou ao olhar do diretor administrativo um comentário acerca dos livros didáticos. Segundo ele, os livros eram fornecidos gratuitamente e constituíam-se em “riquíssimas joias de impressão em papel superior, eram verdadeiras alavancas desagregadoras da mentalidade infantil.” (Relatório, 1939). E, para corroborar com sua argumentação transcreveu excertos retirados dos livros em que se exaltava a Itália como Pátria, os símbolos fascistas e, parte do texto em que se fazia a comparação entre os pássaros que migram e os emigrantes que, mesmo distantes da

Itália, eram seus filhos.<sup>9</sup> O relator ainda apontava que “[...] as crianças cumprimentavam aos mestres com a saudação fascista e cantavam a Giovinezza”. (Relatório, 1939).

A presença de professores enviados pelo governo italiano, o envio de material escolar, especialmente livros didáticos e a propagação do discurso fascista nos espaços das escolas étnicas foi uma realidade. No entanto, as reações não foram exclusivamente do governo brasileiro a partir de medidas de nacionalização do ensino. Nas próprias comunidades a simpatia com o Duce e o regime fascista não foi uma uniformidade.

As escolas italianas rurais raramente receberam material escolar do Governo Italiano e os professores, membros da própria comunidade, ensinavam em dialetos as noções fundamentais de leitura, escrita e quatro operações. Nas escolas mantidas pelas associações de mútuo socorro, o currículo era diversificado e elas receberam, por um período de tempo mais regular, o material didático vindo da Itália, bem como professores enviados com o intuito de ensinar, mas também de manter / criar vínculos de italianidade e atuarem como agentes consulares. Assim, ao que tudo indica, a circulação dos materiais didáticos enviados pelo Governo Italiano marcou e foi mais frequente nos ambientes escolares urbanos. Percebe-se que houve diferenciação entre os livros didáticos – seja em quantidade ou em conteúdo – enviados, conforme as políticas externas empreendidas pela Itália. Outro aspecto verificado foi a manutenção (ao menos breve) da leitura e dos livros anteriormente utilizados, em italiano, mesmo que já frequentassem a escola pública. Muitos desses livros e materiais escolares constituem refúgios pouco lembrados hoje do tempo em que a escola, no Brasil, poderia ser italiana, alemã, polonesa... São acervos do tempo, da história, que permitem narrar e dar a ver as singularidades da educação brasileira.

---

<sup>9</sup> As transcrições do relatório foram retirados do livro BAGAGLI, Clementina. *Lecture Classe Terza per le Scuole Italiane all’Estero*. Milão: Soc.An. Stab. Arti Grafiche Alfieri & Lacroix, 1933.



## Referências

ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul: 1864-1970*. 2a. ed. Caxias do Sul: Paulinas, 1971.

ANTUNES, Arnaldo. *As coisas*. São Paulo: ed. Iluminuras, 2002.

ASCENZI, Anna e SANI, Roberto. *Il libro per la scuola tra idealismo e fascismo*. Milão: Vita e Pensiero, 2005.

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e Gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação / Instituto Estadual do Livro, 1975.

BERTONHA, João Fábio. *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. *Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves – 1875 a 1930*. Bento Gonçalves: VISOGRAF; Porto Alegre: CORAG, 2005.

CERVO, Amado L.. *As relações entre o Brasil e a Itália: formação da italianidade brasileira*. Brasília: UnB, 1992.

CHIOSSO, Giorgio. *Libri di scuola e mercato editoriale*. Dal primo ottocento alla Riforma Gentile. Milão, Itália: Franco Angeli, 2013.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. *Conviver e sobreviver: estratégias educativas de imigrantes italianos (1880 a 1920)*. (Tese em História Econômica). São Paulo: USP, 2000.

COSTA, Rovílio; De Boni, Luís A.; Salvagni, Nilo; Grison, Élyo Caetano. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*. Porto Alegre: EST, 1992.

DE BONI, Luis A. *Bento Gonçalves era assim*. POA:EST / Caxias do Sul: Correio Riograndense / Bento Gonçalves: FERVI, 1985.

DE BONI, Luís A. (org). *A presença italiana no Brasil. Vol. I*. Porto Alegre: EST, 1987.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Presentación. In: *Cien Años de Escuela em España (1875-1975)*. Salamanca: Kadmos, 1990.

FLORIANI, Giorgio. *Scuole italiane all'estero: cento anni di storia*. Roma: Armando Editore, 1974.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANZINA, Emílio e SANFILIPPO, Matteo. *Il fascismo e gli emigranti*. Bari, Itália: Editori Editori Laterza, 2003.

FRANZINA, Emílio. *A Grande Emigração – o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Tradução de Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas, SP: ed. da UNICAMP, 2006.

FROSI, Vitalina Maria; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani. *Estigma: cultura e atitudes linguísticas*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Dialetos italianos*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1983.

GALFRÉ, Monica. *Il regime degli editori: libri, scuola e fascismo*. Roma – Bari, Itália: Laterza, 2005.

GIRON, Loraine Slomp. Colônia Italiana e Educação. In: *Revista História da Educação*. Pelotas: UFPel, n° 3, vol. 2, set. 1998.

GOMES, Maysa Rodrigues. *Sob o céu de outra Pátria: imigração e educação em Juiz de Fora e Belo Horizonte, MG, 1888 – 1912*. (Tese em Educação). Belo Horizonte, MG: UFMG, 2009.

LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Tradução Armida Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975.

LUCHESE, Terciane Ângela. *O processo escolar entre imigrantes na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, 1875 a 1930*. Leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita. Tese em Educação. São Leopoldo: UNISINOS, 495 fl..

LUCHESE, Terciane Ângela. *Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde d'Eu, Donas Isabel, Caxias e Alfredo Chaves, 1875 a 1889*. Curitiba, PR: editora CRV, 2009.

MANFRÓI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

MASCHIO, Elaine C. Falcade. *A escolarização dos imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias (1875 – 1930)*. (Tese em Educação). Curitiba, PR: UFPR, 2012.

MEDICI, Lorenzo. *Dalla propaganda alla cooperazione: la diplomazia culturale italiana nel secondo dopoguerra (1944 – 1950)*. Itália: Casa Editrice Dott. Antonio Milani, 2009.

MENESES, Ulpiano T. B.. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n. 21 - 1, p. 80-103, 1998.

MIMESSE, Eliane. *A educação e os imigrantes italianos: da escola de primeiras letras ao grupo escolar*. 2ª ed.. São Paulo: Iglu, 2010.

PAGANI, Carlo. *A imigração italiana no Rio de Janeiro e em Petrópolis e a educação para os filhos dos imigrantes, 1875 – 1920*. (Dissertação em Educação). Petrópolis, RJ: UCP, 2012.

Poutignat, Philippe & Streit-Fenart, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1997.

PRETELLI, Matteo. *Il fascismo e gli italiani all'estero*. Bolonha, Itália: CLUEB, 2010.

PRETELLI, Matteo. *Fascist textbooks for Italian schools abroad*. Paper presented at 'L'Italia nella grande Emigrazione', the 5th Biennial Conference of the Australasian Centre for Italian Studies (ACIS), Auckland, New Zealand, 18-21 February 2009. Auckland: Australasian Centre for Italian Studies. Disponível em: <http://researchbank.swinburne.edu.au> acesso em 10/04/2014.

RELATÓRIO apresentado ao Ex. Sr. Dr. J. P. Coelho de Souza, D. D. Secretário da Educação e Saúde Pública pelo diretor da seção administrativa, encarregado dos serviços atinentes à nacionalização do ensino 1939. Instrução Pública – Maço 17 – caixa 8, AHRGS.

RIBEIRO, Liane B Moretto. *Escolas italianas em zona rural do Rio Grande do Sul*. In: DE BONI, Luís A. *A Presença Italiana no Brasil*. Vol. II. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

SALVETTI, Patrizia. *Immagine nazionale ed emigrazione nella Società Dante Alighieri*. Roma: Bonacci Editore Roma, 1995.

SALVETTI, Patrizia. *Le scuole italiane all'estero*. In: Bevilacqua Piero; De Clementi, Andreina e Franzina, Emilio (orgs.). *Storia Dell'Emigrazione Italiana*. Il Arrivi. Roma, Italia: Donzelli Editore, 2009.

---

<sup>i</sup> A denominação emigrantes foi substituída por ‘italianos no exterior’, que passou a ser utilizada pelos órgãos diplomáticos referindo-se a todos os emigrados e descendentes.